

MPF e Ministério do Meio Ambiente querem acabar com o uso de mercúrio em garimpos na Amazônia

Category: AMAZÔNIA, GERAL, MEIO AMBIENTE

escrito por Guilherme Paixão | 13 de maio de 2026



O combate ao uso do mercúrio na mineração de ouro ganha um novo capítulo na próxima quarta-feira, 13 de maio. Em reunião agendada pelo Grupo de Trabalho Minamata, o Ministério Público Federal (MPF) apresentará detalhadamente uma nota técnica que demonstra a urgência de reformar a legislação brasileira para banir o uso do mercúrio no garimpo de ouro, substância tóxica que polui águas amazônicas.

A exposição será o desdobramento direto de um encontro preparatório realizado no último dia 29 de abril entre o MPF e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

O foco do MPF é a revogação dos Decretos nº 97.507 e nº 97.634, ambos de 1989. Segundo o procurador da República André Luiz Porreca Ferreira Cunha, autor da Nota Técnica nº 1/2025, essas normas são obsoletas e violam a Constituição Federal, além de descumprirem a Convenção de Minamata, tratado internacional que obriga o Brasil a reduzir e eliminar o uso do metal, especialmente na mineração artesanal e de pequena escala.

A nota técnica é uma iniciativa do 2º Ofício da Amazônia

Ocidental do MPF, especializado no enfrentamento à mineração ilegal nos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. O documento faz parte de um inquérito civil em curso no MPF.

O “Garimpo Legal” sob suspeita – Um dos pontos mais alarmantes discutidos na reunião de abril foi a constatação de que o Estado brasileiro, por meio de brechas nesses decretos de 35 anos atrás, acaba por chancelar a contaminação. “Diversos estados concedem licenças ambientais para extração de ouro sem verificar o método de beneficiamento”, alertou o procurador. Isso significa que mesmo o garimpo considerado “legal” despeja mercúrio em larga escala, atingindo solos, peixes e a saúde de povos indígenas e comunidades ribeirinhas de forma difusa e severa.

Desafios e plano de transição – A diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende Henriques Fabio, reconheceu, durante o encontro, a complexidade política para a alteração imediata dos decretos junto à Casa Civil. Como estratégia viável, o MMA sugere que a revogação seja atrelada ao Plano de Ação Nacional (PAN) da Mineração, estabelecendo prazos estruturados para uma transição tecnológica.

Embora o MMA já tenha se manifestado favorável à revogação, o debate aguarda alinhamento com o Ministério de Minas e Energia (MME). Segundo relatos do encontro, o MME ainda mantém uma linha voltada à formalização de cooperativas para a importação legal da substância, perspectiva criticada pelo MPF. O procurador da República André Porreca manifestou preocupação com a integridade do processo, ressaltando o risco da presença de lideranças do setor mineral com pendências criminais em mesas de diálogo governamental.

Próximos passos – Apesar dos impasses normativos, avanços técnicos foram registrados no encontro pelo secretário nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, Adalberto Maluf Filho. Ele destacou a compra de equipamentos especializados para universidades

federais no Pará e no Mato Grosso. O objetivo é institucionalizar a Rede Nacional de Monitoramento de Mercúrio para que a vigilância ambiental se torne uma política de Estado perene.

A continuidade desta articulação ocorrerá na reunião do dia 13 de maio, onde o MPF levará a problemática diretamente aos representantes do Ministério de Minas e Energia dentro do Grupo de Trabalho Minamata. Espera-se que, com a validação jurídica das notas técnicas do MPF e do MMA, o governo federal possa consolidar um cronograma definitivo para o fim da era do uso do mercúrio em garimpos na Amazônia.

Fonte: TapajosNotícias e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso 13/05/2026/17:23:44

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma,

evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:55519984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:55519984046835) (Claro)
-Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*

[Por que os criadores de conteúdo precisam humanizar o texto gerado por IA para manter o tráfego orgânico?](#)